



ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA NO CAMPO DA GEOGRAFIA: DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA À PRODUÇÃO CONTEXTUALIZADA DO CONHECIMENTO

FERREIRA, André Vasconcelos

vf.andre@ig.com.br

Economista. Mestre em Geografia

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

RESUMO

Inspirada na obra de Milton Santos a Geografia evoluiu no sentido de uma teorização metodologicamente contextualizada na dinâmica do espaço, além de intencionalmente destinada à transformação e emancipação da vida social. Neste artigo, objetivou-se ratificar a tendência metodológica que busca afastar a produção do conhecimento de uma inspiração positivista, tradição esta que pretende produzir um conhecimento verdadeiro, por meio de um método supostamente objetivo e neutro. Além disso, buscou-se reconhecer, na obra miltoniana, os parâmetros conceituais que levaram o autor a evidenciar, conforme sua intencionalidade, a extensão e a localização dos conflitos sócio-espaciais, bem como as possibilidades de sua superação. Neste aspecto, houve maior destaque para a análise do conceito de território usado, com ênfase para a importância do fenômeno técnico e da relação dialética entre fenômenos localizados e sua existência como integrante de um processo dinâmico da totalidade espacial.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia; Geografia; Território; Emancipação.

ABSTRACT

The work of Milton Santos has inspired new approaches to Human Geography by bringing a contextualised methodological theorization of space dynamics aimed at the transformation and emancipation of social life. In this article, we support a methodological view that keeps the production of knowledge away from a Positivist tendency, a tradition that intend to produce true knowledge, by means of a supposedly neutral and objective method. We also sought to learn from Milton Santos' work conceptual parameters used intentionally by the author to show the extension and localization of social-spatial (and territorial) conflicts, as well as its superation. We emphasised the analysis of used territory, the importance of technical phenomena and the dialectical relationship between localised phenomena and its existence as part of a dynamic process of spatial totality.

KEY WORDS: methodology; Geography; territory; emancipation.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é realizar uma reflexão acerca da metodologia utilizada na pesquisa geográfica. Para tanto, evidencia a necessidade de que a abordagem teórico-metodológica, extrapolando uma referência aos procedimentos técnicos imediatamente utilizados na pesquisa, seja capaz de elucidar a escolha do referido instrumental metodológico a partir da análise dos fundamentos teóricos do pesquisador, os quais estarão mais bem explicitados no contexto sócio-espacial de sua construção, a fim de que sejam evidenciados os interesses sociais em jogo, bem como a intencionalidade histórica daí resultante¹.

Ressaltam-se aqui, as análises de bases conceituais referentes ao entendimento da relação entre o local e o global, ou melhor dizendo, entre a realidade territorial do lugar e o contexto da totalidade espacial em que se desenvolve sua dinâmica; também, o entendimento acerca da noção de território que, por sua vez, haverá de resultar na discussão sobre a idéia de territorialização; e da própria teorização sobre a história, com base na qual se pretende situar uma compreensão acerca dos processos de transformações sócio-espaciais.

Nessa trajetória, enfatiza-se o aspecto subjetivo envolvido na pesquisa científica, e a necessidade de explicitação da metodologia de pesquisa utilizada pelo pesquisador, tendo em vista os fatores condicionantes das subjetividades envolvidas no processo de produção do conhecimento. Além disso, destacar-se-á a construção metodológica realizada no campo da Geografia, particularmente, a influência de Milton Santos, ressaltando-se a intenção deste autor de constituir um referencial teórico capaz de servir aos objetivos de transformação do modo de produção do espaço.

COMPREENDER OS FUNDAMENTOS DO MÉTODO: REBUSCANDO CONCEITOS EM CONTEXTOS SÓCIO-ESPACIAIS

A primeira observação relacionada ao tema proposto refere-se ao questionamento da pretensa neutralidade do método de construção do conhecimento, pretensão esta fundante do paradigma moderno de fazer ciência. A atualidade põe em pauta a discussão acerca da construção do conhecimento científico caracterizando um cenário de crise do paradigma da Ciência Moderna, predominante até meados do século XX, e emergência de marcos teórico-metodológicos contraditórios àquela, principalmente decorrente das necessidades específicas das ciências humanas.

Sobre esse debate, Triviños (1987, p.36) considera que: “[...] este conhecimento [positivista] objetivo do dado, alheio a qualquer traço de subjetividade, eliminou qualquer perspectiva de colocar a busca científica ao serviço das necessidades humanas, para resolver problemas práticos”.

Fundamentados nessa crítica à neutralidade do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo considera-se que qualquer pesquisa, seja ela em que área for, envolve um modo de conhecer, bem como representar um determinado aspecto da realidade; modo que pode variar imensamente em função do entendimento teórico de cada pesquisador. No entanto, a definição da metodologia de pesquisa e dos fatores que levaram à opção por ela (e não por outras) nem sempre estão devidamente explicitadas nos textos acadêmicos. Mas, o que afirma a necessidade de explicitá-los? Provavelmente, a intenção de situar a pesquisa no contexto sócio-espacial em que a mesma foi produzida, afinal de contas, está se considerando aqui, que a subjetividade do observador também está refletida nos resultados da produção do conhecimento. É preciso reconhecer que a observação é sempre carregada de teoria e que, portanto, um objeto de pesquisa é sempre construído sob a influência da formação teórica do pesquisador, que se refere às experiências (bibliográficas ou não), por ele, vividas historicamente. Sobre isso, Santos (2002, p. 19) chega a dizer que: “[...] falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo”.

Ao lançar mão de um método de pesquisa, se está implicitamente admitindo, dentre outras coisas, um caráter específico do acontecer histórico, uma concepção acerca do objeto pesquisado, bem como uma determinada intencionalidade do pesquisador. Por sua vez, ocultar tal contexto de formação da posição do pesquisador pode ser um convite

a uma percepção absolutizada do objeto de pesquisa, visto que ao desprover o observador de sua história corre-se o risco de conceber suas representações acerca da realidade como a própria verdade histórica. De outro modo, ao situá-lo teórico-metodologicamente, se pode enfatizar que sua consciência foi formada num determinado contexto sócio-espacial, que resultou numa apreensão teórica específica e que, portanto, os resultados da pesquisa refletem tais condicionamentos.

Nessa direção, Bourdieu (2000, p. 111) afirma que “[...] não é possível dispensar [...] uma análise da relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática”. O referido autor argumenta acerca da necessidade de “submeter os instrumentos de uso mais comum nas ciências sociais a uma crítica epistemológica alicerçada na história social da sua gênese e da sua utilização” (Op. cit, p. 107).

Esta mesma afirmação é tomada a fim de reconhecer a necessidade de apreender, também, os objetos de pesquisa das ciências humanas em sua historicidade. Implica reconhecer que os indivíduos (ou grupos sociais) estudados são também sujeitos, “históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura [...] criadores de idéias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela” (FREITAS, 2002, p. 22).

Além disso, não é o caso de “conceber ‘os dados’ como formas objetivas com existência própria e independente dos atores” (CARDOSO, 1988, p. 99). Os discursos com os quais nos deparamos na atividade de pesquisa são, também, dotados de subjetividade, pois refletem as circunstâncias da existência sócio-espacial dos indivíduos (e/ou grupos) pesquisados e, por ventura, entrevistados².

Segue-se daí, conforme Cardoso, (Op. cit, p. 103) que:

[...] é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado. [...] Este esforço não pode ser feito se não se coloca entre parênteses os grandes paradigmas interpretativos assim como os parâmetros usados pelos entrevistados para explicar o mundo.

Afastar o risco da pretensão à neutralidade científica, portanto, contribui para evidenciar os interesses envolvidos com a produção do conhecimento. Afinal, há de se admitir que a prerrogativa de explicar reconhecidamente o mundo reflete interesses sociais, ao mesmo tempo em que exerce influência na dinâmica espacial. Nas palavras de Bourdieu (Op. cit, p.114): “Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia”.

A aclamada neutralidade pretende tornar inquestionáveis os enunciados ditos científicos o que, por seu turno, implicaria em manter intacto o entendimento do mundo e a rigidez das estruturas sociais de produção e poder. No entanto, “[...] a ciência pode eleger como objeto o próprio jogo em que se disputa o poder de reger as fronteiras sagradas, quer dizer, o poder quase divino sobre a visão do mundo [...]” (BOURDIEU, Op. cit, p. 123). Por este procedimento se está, ao mesmo tempo, reconhecendo a influência do contexto sócio-espacial na formação da consciência humana e, também, admitindo que as representações da consciência influenciam o mundo material. Não sendo o caso de exteriorizar consciência ou materialidade do transcurso da história, propõe-se analisar ambos, dialeticamente, no contexto de produção e reprodução permanente do espaço.

A CONSTRUÇÃO DOS CONTEXTOS COMO BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA GEOGRÁFICA: A DINÂMICA DO LUGAR NO ÂMBITO DA TOTALIDADE ESPACIAL

Não é possível alçar uma metodologia de pesquisa ao status de caminho da verdade, como pretenderam os positivistas, visto que o mesmo decorre de um referencial teórico alicerçado no contexto sócio-espacial da pesquisa, como se enfatizou anteriormente. Neste sentido, é pertinente a argumentação de Chalmers (1993, p.211) segundo a qual:

Os filósofos não têm recursos que os habilitem a legislar a respeito dos critérios que precisam ser satisfeitos para que uma área do conhecimento seja considerada aceitável ou 'científica'. Cada área do conhecimento pode ser analisada por aquilo que é. Ou seja, podemos investigar quais são seus objetivos [...] e podemos

investigar os meios usados para conseguir estes objetivos e o grau de sucesso conseguido.

A Geografia e, portanto, as pesquisas em seu campo, como em qualquer outro, não podem ser julgadas em termos absolutos, mas na consideração de seus métodos e objetivos. A análise aqui empreendida priorizará a construção teórico-metodológica de Milton Santos, particularmente, em função da coerência exercida por tal concepção em relação ao objetivo de uma pretendida emancipação social.

Numa referência histórica à elaboração científica da Geografia se percebe uma preocupação relativamente acirrada acerca de “[...] questões relativas à natureza do conhecimento geográfico, sobre seu objeto, seus métodos, os limites, o alcance e a importância deste conhecimento [...]”. Enfatiza-se que as discussões daí decorrentes têm tido um “significado bastante positivo” para esta área do conhecimento à medida que a mesma foi levada a manter uma postura “atenta [...] sobre sua relação com as outras disciplinas, atenta sobre as questões emergentes postas pelos novos contextos sociais que a atravessam e, finalmente, atenta ao seu papel, como campo de reflexão e ação na sociedade” (GOMES, 1997, pp. 13-14).

Em meio a períodos que oscilaram em termos de tendências teórico-metodológicas dominantes, a Geografia recebeu a influência do movimento iluminista, entre os séculos XVIII e XIX, e contagiada pelos grandes sistemas filosóficos da época assumiu a perspectiva de se tornar uma “ciência de síntese”. A ela cabia estudar os fenômenos da Terra “como um todo”, na inter-relação dos seus aspectos naturais e sociais. Conforme Gomes (Op. cit, p.17) nos aponta: “[...] à Geografia caberia dominar todos os outros campos de conhecimento, como geologia, mineralogia, climatologia, geomorfologia, botânica ou biogeografia, além da economia, demografia, sociologia, sem, no entanto, se especializar em nenhum deles [...]”.

Até chegar aos dias atuais, o conhecimento geográfico também sofreu a influência da tendência à especialização, característica da ciência moderna. Tornou-se negligente às relações que se estabelecem entre os fenômenos descritos, eximindo-se, assim, da responsabilidade de explicá-los. Com isso, “a Geografia passa a se interessar pelo

concreto e emerge também deste processo a aversão à teoria” (GOMES, P. C. Op. cit, p. 21).

Ressalta-se que, no contexto sócio-espacial deste empreendimento, as descrições regionais não deixaram de ser importantes para subsidiar as ações de setores sociais capitalistas interessados, simplesmente, na exploração e mercantilização dos recursos naturais, já que a localização e quantificação dos mesmos são cruciais para orientar a definição das estratégias de territorialização dos referidos agentes.

Há de se ressaltar que, esta especialização da ciência moderna se seguiu ao processo hegemônico de divisão social do trabalho, constituído com a ascensão do capitalismo, inicialmente, a partir do interior das fábricas, em manufaturas e, mais intensamente, na grande indústria, donde se generalizou a especialização e a divisão do trabalho, influenciando fortemente os processos de produção do conhecimento. Supek (1980, p. 25) nota que: “[...] o desenvolvimento da ciência [...] está ele mesmo ligado ao desenvolvimento da produção material”. Por seu turno, Marx (1996, p. 475) argumenta que: “[...] na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais”. Este autor ainda enfatiza, citando Adam Smith, que:

A inteligência da maior parte dos homens desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas ocupações diárias. Um homem que despense toda a sua vida na execução de algumas operações simples (...) não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência. (...) Ele torna-se geralmente tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana.

Felizmente, a atualidade demonstra que se pode verificar um profundo questionamento a esta visão compartimentada do mundo, em particular, no campo da produção científica. Santos (2002, p. 115) nos aponta um percurso metodológico cujo objetivo seria:

[...] partir da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a totalidade–mundo e os lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável.

Tal orientação metodológica, cuja influência se mostra marcante entre geógrafos brasileiros e internacionais, tem como evidente que: “O lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global” (SILVEIRA, 1993, p. 204-205, *apud* SANTOS, 2002, p. 125). Surge daí, que o local, o regional, ou mesmo o nacional não existem isoladamente, mas como parte da totalidade espacial; devem, portanto, ser analisados no contexto dessa existência.

A construção do objeto de pesquisa, portanto, passa por um percurso metodológico que implica em contextualizar espacialmente os fenômenos e situações, a princípio restritamente localizados, porém definidos em função de ações praticadas local e extra-localmente. Há de se perceber que, por essa perspectiva, se apreende que o chamado local, onde se supõe encontrar o objeto de pesquisa, embora constituído enquanto singularidade, não reúne características autônomas em relação à totalidade do sistema de objetos e ações que compõe o espaço³.

Santos (1985, p. 05) argumenta que:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. Quanto ao espaço, sua divisão em partes deve poder ser operada segundo uma variedade de critérios.

Nessa perspectiva, Silveira, (1999, p. 22) nos aponta que: “a idéia de situação geográfica poderia, talvez, contribuir para uma proposta de método [... observando que a mesma...] supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico”. A autora também argumenta que: “[...] a situação permitir-nos-ia encontrar as mediações entre o mundo, seus eventos e a vida nos lugares” (Op. cit, p. 27). Entretanto, observa que: “a situação nasce, à luz de uma teoria, como um concreto pensado, capaz de incluir o chamado real num prévio sistema de idéias”, e daí conclui, parafraseando Beaujeu-Garnier, (1971, p. 100 *apud* SILVEIRA, 1999) que: “o geógrafo deve escolher os elementos que lhe parecerem fundamentais e, a partir deles, descobrir o complexo de relações” (Op. cit, p. 24).

Nesse aspecto, Santos (2002, p. 171) é incisivo ao afirmar que: “[...] o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios [...]” e, daí, propõe que se busque analisar o fenômeno técnico da produção do espaço “[...] como ponto de partida para a explicação geográfica” (SANTOS, 1999, p. 09).

De acordo com isto, Silveira, (2000, p. 213) explica que: “As técnicas não podem ser interpretadas apenas como materialidade, mas devem ser vistas, também, como formas de organização. [Além do mais,] permitem, também, delimitar períodos históricos, uma vez que é a periodização que dá valor às coisas e, assim, conduz a identificar o que é novo”.

Observa-se que o sistema técnico, ao passo que expressa o desenvolvimento das forças produtivas sociais em um dado período histórico, o faz enquanto manifestação dos modos de produção, que se constituem como resultantes da interação de tais forças produtivas, enquanto materialidade objetiva, mediada pelas relações sociais especificamente constituídas no referido espaço-tempo⁴.

A análise do sistema técnico permite elucidar a cooperação sócio-espacial, o intercâmbio e a ação relacional dos objetos. É também político o sistema técnico e, como tal, pressupõe-se que haja intenção nas ações que o constituem, ainda que sobre ele também pese a força da tradição, da história que deságua no espaço-tempo presente⁵.

Além disso, a análise do fenômeno técnico permite que se reconheça o objeto de pesquisa em meio a fenômenos empíricos, explicitados como situações geográficas; em meio a estas é possível identificar, desde movimentos de ações orientados por lógicas hegemônicas, universalmente, como é o caso das ações motivadas pela lógica do modo de produção burguês na atualidade⁶, até ações motivadas por lógicas distintas que dizem respeito a outros modos de produção e intercâmbio social, não, necessariamente, arcaicos, que embora submissos à forma burguesa de produção, podem conter potencial emancipatório, capaz de tornar suas formas hegemônicas no percurso do desenvolvimento sócio-espacial.

POR UMA TEORIA DA HISTÓRIA: ENTRE TERRITORIALIZAÇÕES E NOVAS TERRITORIALIZAÇÕES

A elaboração teórico-metodológica aqui reunida dá conta de uma teorização acerca da história e nesses termos se refere a um determinado entendimento sobre a Geografia, que é compreendida enquanto um campo de produção do conhecimento cujo objeto de pesquisa é necessariamente um processo histórico e deve ser analisado nesta dimensão fundamental da realidade. O materialismo histórico, conforme proposto por Marx & Engels (1986) seria, por sua vez, a base teórica desse estudo da história. Segundo seus autores:

Esta concepção de história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. – assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos).

Ressalta-se que, esta teoria surge num contexto de dominação da filosofia hegeliana e neo-hegeliana, no campo da produção científica alemã do século XIX e expressa, justamente, uma crítica a tal hegemonia, inclusive porque, conforme argumentam Marx & Engels (Op. cit, p. 26): “A nenhum desses filósofos ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre a sua crítica e o seu próprio meio material”.

Daí exclamarem, à época, que:

Toda concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. [...] Com isto, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. Conseqüentemente tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e vê-se obrigada, especialmente, a compartilhar, em cada época histórica, a ilusão dessa época. Por exemplo, se uma época imagina ser determinada por motivos puramente ‘políticos’ ou ‘religiosos’, embora a ‘política’ e a ‘religião’ sejam apenas

formas de seus motivos reais, então o historiador da época considera aceita essa opinião. (Op. cit, p. 57).

No caso da Geografia, a dinâmica da história está sintetizada no permanente dinamismo do espaço, onde estão presentes: uma materialidade formada pela natureza, em diferentes estágios de artificialismo, e uma variedade enorme de construtos teóricos que poderia mesmo, remeter-nos à rerepresentação de um mundo das idéias que, não existe autonomamente, mas, é participante da dinâmica espacial, onde, os seres humanos, seres da natureza, produzem sua existência⁷.

Tendo em vista a opinião de Santos (1999, p. 07) de que: “[...] modos de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos por uma lógica unitária” e, sendo:

A história [...] uma totalidade em movimento, [...] segue-se daí que...] cumpre apreender-lhe a totalidade no seio de uma estrutura teórica dinâmica, tal qual na realidade. [...] O autor acrescenta que...] as categorias de estrutura, função e forma nos proporcionam, talvez o melhor modelo. [...] E, além disso, que...] o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente. (SANTOS, 1985, p. 53).

Cumprido, provavelmente, enriquecer o materialismo histórico com tais “conceitos”, tendo em vista que se mostram “necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudança” (SANTOS, Op. cit. p. 53).

Pelo que se apreende de tais categorias analíticas ressalta-se que uma forma se constitui conforme sua significação e a conseqüente valoração que um determinado contexto sócio-espacial lhe confere, estando ainda relacionada com uma função que se renova constantemente, conforme evoluem os processos de estruturação, e permanente reestruturação sócio-espaciais⁸.

[...] segue-se que o valor da forma deve mudar na proporção em que muda a estrutura [...] e, indo mais além, se apreende que...] se a forma é primariamente um resultado, ela é também um fator social. Uma vez criada e usada na execução da função que lhe foi designada, a forma freqüentemente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá toda a probabilidade de ser chamada a cumprir uma nova função. A cada mudança, fruto de novas determinações de parte da sociedade, não se pode voltar atrás pela destruição imediata e completa das formas da determinação precedente. Tal destruição não

só é por vezes indesejável e dispendiosa, como ainda é de fato impossível. As rugosidades – formas remanescentes dos períodos anteriores – devem ser levadas em conta quando a sociedade procura impor novas funções. (SANTOS, op. cit. p. 55).

Com isso, se manifesta uma compreensão teórico-metodológica que atribui às referidas formas geográficas um conteúdo e mesmo um sentido que está sendo disputado, a cada momento, por agentes espaciais diversos que, em conjunto, respondem pela dinâmica estrutural do espaço, incluindo as funcionalizações e refuncionalizações pertinentes às novas e velhas formas geográficas.

As formas, ou objetos geográficos seriam, por assim dizer, dotadas de um conteúdo ativo, por que respondem pelas ações com as quais estão indissociavelmente relacionadas na produção do espaço e é, dessa forma, que exercem sua atitude em meio à dita produção espacial. De acordo com Santos (Op. cit, p. 02): “Como as formas geográficas contém frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo”. Por sua vez: “Tomada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito da dialética social” Santos (2002, p. 125). Disso resulta, conforme Marx (1986, p. 56) que: “[...] as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias”.

UMA ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: EM BENEFÍCIO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Na trajetória empreendida por Milton Santos, a Geografia ganhou com a construção de um referencial teórico-metodológico intencionalmente destinado a contribuir com a transformação e emancipação da vida humana em sociedade. Suas análises evidenciaram a existência de um meio técnico-científico-informacional, “base material da globalização” (SANTOS, 2002, p. 192), cuja existência define, em nossa época, “a possibilidade, largamente exercida, de uma extrema dispersão dos diversos momentos da produção, enquanto o controle se torna ainda mais concentrado [...]” (Op. cit, p. 195).

Há de se destacar que, a referida materialidade, mundialmente articulada, é entendida como estando organizada em redes que atuam em função dos interesses mercantis do grande capital, pois como afirma Santos (1994, p. 18): “Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas”.

A sociedade, por seu turno, está apta a desenvolver, como de fato desenvolve, a cada momento, formas inovadoras de ações na utilização do território, capazes de mobilizar novas formas de intercâmbio e cooperação sociais. A territorialização dessas formas está, por sua vez, apta a construir novas estruturas de produção da vida, por vezes autônoma em relação às formas dominantes de cooperação, assim como acontece nos casos em que a sociedade civil se organiza, horizontalmente, em torno de objetivos solidários, no seio das disputas territoriais que, certamente a depara com os interesses egoístas envolvidos na permanente tentativa de territorialização capitalista.

Para Santos (Op. cit, p. 19), “o lugar [...] é a sede dessa resistência da sociedade civil”, entretanto, enfatiza que quando fala em lugar “não importa sua dimensão”. E, embora, admita que: “[...] a tendência atual é que os lugares se unam verticalmente”, conclui dizendo que: “[...] nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade do conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território)”.

É importante salientar que, a análise do território usado, conforme propõe Santos, “sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS & SILVEIRA, 2004, p. 20; SOUZA, 2003, p. 17), é capaz de evidenciar essa dimensão empírica e transescalar de constituição dos lugares, visto que, remete a um modo dominante de produção do espaço, que não deixa de condicionar o uso dos territórios, mas permite reconhecer que existem singularidades na constituição do referido uso, motivadas por aspectos que dizem respeito, também, a modos não-hegemônicos de utilização do território.

Santos (2002, p. 124) acrescenta que:

A totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades reais, mas histórica e geograficamente irrealizadas. Disponíveis até então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação. É a ação que une o Universal ao Particular. Levando o Universal ao Particular, cria uma particularidade.

De acordo com RIBEIRO, A. C. (2003, p. 31): “Na obra de Milton Santos, a ação, na plenitude de sua afirmação como práxis, inscreve-se na ontologia do espaço. A ação é portadora do tempo na própria espacialidade das técnicas, na medida em que manifesta, no mesmo movimento prático e político, as condições historicamente herdadas e o projeto de sua transformação”.

O território seria, num aspecto, “[...] o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades [...]” (SANTOS, 1994, p. 19), porém, há de se reconhecer que não apenas são apenas as estruturas hegemônicas que se territorializam: “Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los” (Op. cit, p. 18).

É bom que se diga que, ao tratar do referido conflito entre um espaço global e um local, está se tratando do encontro das ditas verticalidades com as ações horizontalmente constituídas no território. Com isso, não se pretende evidenciar uma compartimentação no decurso da realidade, mas reconhecer que os agentes espaciais se diferenciam, por um lado, em função de atuarem em escalas diferenciadas e, por outro, pelo modo como se relacionam e intercambiam com os outros agentes, além das formas pelas quais normatizam o espaço.

As verticalidades, decorrentes de um “acontecer hierárquico” Santos (2002, p. 168) são definidas por ações, cuja decisão se realiza, muitas vezes, em lugares distantes de onde atuam as normatizações por elas comandadas. Ao mesmo tempo, são oriundas de grandes agentes capitalistas que, por controlarem hegemonicamente o meio técnico-científico-informacional, definem hierarquicamente ações que se difundem, por meio de redes, para incidir sobre diversos lugares do planeta. Por outro lado, as horizontalidades frutos do “acontecer homólogo e complementar” (SANTOS, Op. cit, p. 168) são “domínios

da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 1994, p. 16), onde se podem redefinir os rumos da história em função dos interesses comuns da sociedade, em oposição à lógica privada do mercado⁹.

O território é o espaço onde se encontram verticalidades e horizontalidades; é: “A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza” (SANTOS, op. cit, p. 19). Seria, conforme se está admitindo, o lugar onde se encontram o modo de produção dominante e as iniciativas sócio-espaciais não-hegemônicas, que sem dúvida exercem influência na trajetória evolutiva do modo de produção dominante, podendo, mesmo, almejar, enquanto um projeto político, a condição de hegemonia do espaço. Ribeiro (2003, p. 32) explica que: “A noção de projeto introduz a passagem presente → futuro, expressando a potência da práxis. Articula técnica e ação e caracteriza a ação de natureza propriamente política [...]”.

Diante do uso do território é possível: “[...] saber o significado da divisão do trabalho e seus efeitos na construção do mundo novo e dos lugares”. É possível elucidar conflitos em torno da territorialização de diferentes formas e estruturas produtivas da sociedade, bem como as relações de propriedade estabelecidas para com os meios de produção sociais e as formas de intercâmbio e cooperação que lhes são peculiares.

Por fim, ressalta-se a importância da informação, enquanto “vetor fundamental do processo social” (SANTOS, 2002, p. 239), admitindo-se que: “[...] a atual questão da informação adquire tanto os traços de uma questão do conhecimento como de uma questão política de primeira grandeza” (GOMES, 2003, p. 59). Neste sentido, há de se considerar que a disputa pela apropriação e uso do território, bem como o projeto político de transformação presente na obra de Milton Santos, passa pelo domínio da informação; seja porque ela permite ao ser humano entender melhor a natureza, viabilizando a produção de valores de uso, ou, sobretudo, porque o seu controle democrático deverá permitir que a humanidade disponha de um conhecimento contextualizado e desalienado acerca de si mesma, a fim de que lhe seja possível “comandar a sua própria evolução” (SANTOS, 2002, p. 227).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na obra miltoniana galgou-se explicitar um método de produção da pesquisa geográfica alicerçado no materialismo histórico. Seja no âmbito da discussão metodológica, ou teórica em geral, ratificou-se que a análise da história, na qual os homens constroem materialmente sua existência, é o único meio seguro de produção do conhecimento. Além disso, buscou-se evidenciar que a construção teórica não pode ter outro fim, que não, a solução dos problemas enfrentados pela humanidade; a teorização, portanto, não deve se furtar ao seu objetivo ontológico de promover mudanças sócio-espaciais. Neste sentido, há de se combater o entendimento de que as teorias são produzidas sem que se tenha intenção de promover alguma transformação, em benefício de algum setor da sociedade; sob pena de se produzir um conhecimento obscurecido em seus objetivos políticos e econômicos específicos.

Notas:

Conforme argumenta Oliveira (1998, p.21) *“Método envolve, sim, técnicas que devem estar sintonizadas com aquilo que se propõe; mas, além disso, diz respeito a fundamentos e processos, nos quais se apóia a reflexão”*.

² Isto ajuda, inclusive, na interlocução com os leitores, que poderão dispor do entendimento do texto apresentado a partir das próprias raízes históricas que permitiram a produção dos tais frutos científicos. Além do mais, levando em conta que: *“[...] ler implica identificar os significados que o autor confere às questões estudadas”*; decorre fundamental *“acompanhar atentamente as construções teórico-metodológicas dos textos, mergulhando em sua dinâmica interior”* (OLIVEIRA, 1998, pp. 25-26).

³ Santos (2002) orienta-nos acerca da constituição do espaço geográfico que em sua versão é dada por *“sistemas de objetos”* e *“sistemas de ações”*, indissociavelmente relacionados, além de simultânea e mutuamente determinados, no processo dinâmico de construção permanente da história.

⁴ Santos (1999, p. 06) avalia que: *“[...] a noção de modo de produção é central porque, a cada etapa de evolução da sociedade, os homens participam de um processo unitário, que inclui formas materiais de produção, relações dos homens entre si e com as coisas (naturais e artificiais) e os seus próprios modos de ser, isto é, a maneira como os indivíduos expressam sua vida”*.

⁵ Ribeiro (2003, p. 38) considera que: *“Na concepção de territorialidade que orienta a (re) valorização da categoria território, no pensamento de Milton Santos, afirma-se a relevância da ação política, abrigando [...] a figura do Centauro de Maquiavel ou, como propõe Gramsci, a vontade coletiva”*.

⁶ Santos (1999, p. 07) acrescenta que, o: *“[...] modo de produção global é um dado explicativo maior da realidade geográfica atual”*.

⁷ Isso parece ser essencial na crítica de Marx & Engels aos jovens hegelianos que *“criticavam tudo [...] proclamando tudo como algo teológico”* (Op. cit, p. 25), mas nem sequer alicerçavam suas críticas num exame empírico da produção sócio-espacial, constituída como *práxis* no processo histórico, a fim de compreender a relação dialética na qual se produzem as representações, no convívio da materialidade ativa, conformando o espaço. Conforme Marx & Engels (Op. cit, p. 25): *“Desde que os jovens hegelianos consideravam as representações, os pensamentos, os conceitos – em uma palavra, os produtos da consciência por eles tornada autônoma – como os verdadeiros grilhões dos homens (exatamente da mesma maneira que os velhos hegelianos neles viam os autênticos laços da sociedade humana), é evidente que os jovens hegelianos têm que lutar apenas contra essas ilusões da consciência”*.

⁸ Santos (1985, p. 58) acrescenta que: *“Separada da função, a estrutura conduz ou a um estruturalismo a-histórico e formal, ou a um funcionalismo relacionado tão-somente com o caráter conservador de todas as instituições, mas não com o problema da transformação”*.

⁹ Conforme enfatiza Ribeiro (Op. cit, p. 34): “Em Milton Santos [...], as correntes fenomênicas que organizam a dinâmica sócio-territorial possuem uma dimensão horizontal e outra vertical, acionáveis na análise de contextos e eventos. O conhecimento dessas dimensões é indispensável ao desvendamento das estratégias dominantes e também para a emergência do local/ lugar como contexto privilegiado da resistência sócio-cultural”.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª edição. Tradução de Fernando Tomás. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARDOSO, Ruth C. L. (Org.) **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência, afinal?** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FREITAS, Maria T. de A. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. *Cadernos de pesquisa*, n. 116. julho, 2002 (extraído da Internet – <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397.pdf>).

GOMES, Cilene. Informação, comunicação e o conhecimento do território: dinâmicas sócioespaciais e a questão do lugar no Brasil. In SOUZA, M. A. (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições territorial, 2003.

GOMES, Paulo C. da C. Geografia Fim-de-Siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. CASTRO, Iná E. de. (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: (I-Feuerbach)**. 10ª edição. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

OLIVEIRA, Paulo de S. (Org.) **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1998.

RIBEIRO, Ana C. T. Pequena Reflexão sobre Categorias da Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado. In SOUZA, M. A. (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições territorial, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O retorno do território. *In* SANTOS, Milton. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan. / jun. 1999.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVEIRA, Maria L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *In* **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan. / jun. 1999.

_____. Indagando as técnicas... Um caminho para entender o território. *In* GONÇALVES, Neyde M. S. (Org.) **Os lugares do mundo**. A globalização dos lugares. Salvador: UFBA, 2000.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Apresentação. *In* SOUZA, M. A. (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições territorial, 2003.

SUPEK, Rudi. Apresentação. *In* MARX, K. **Conseqüências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Edições populares, 1980.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.